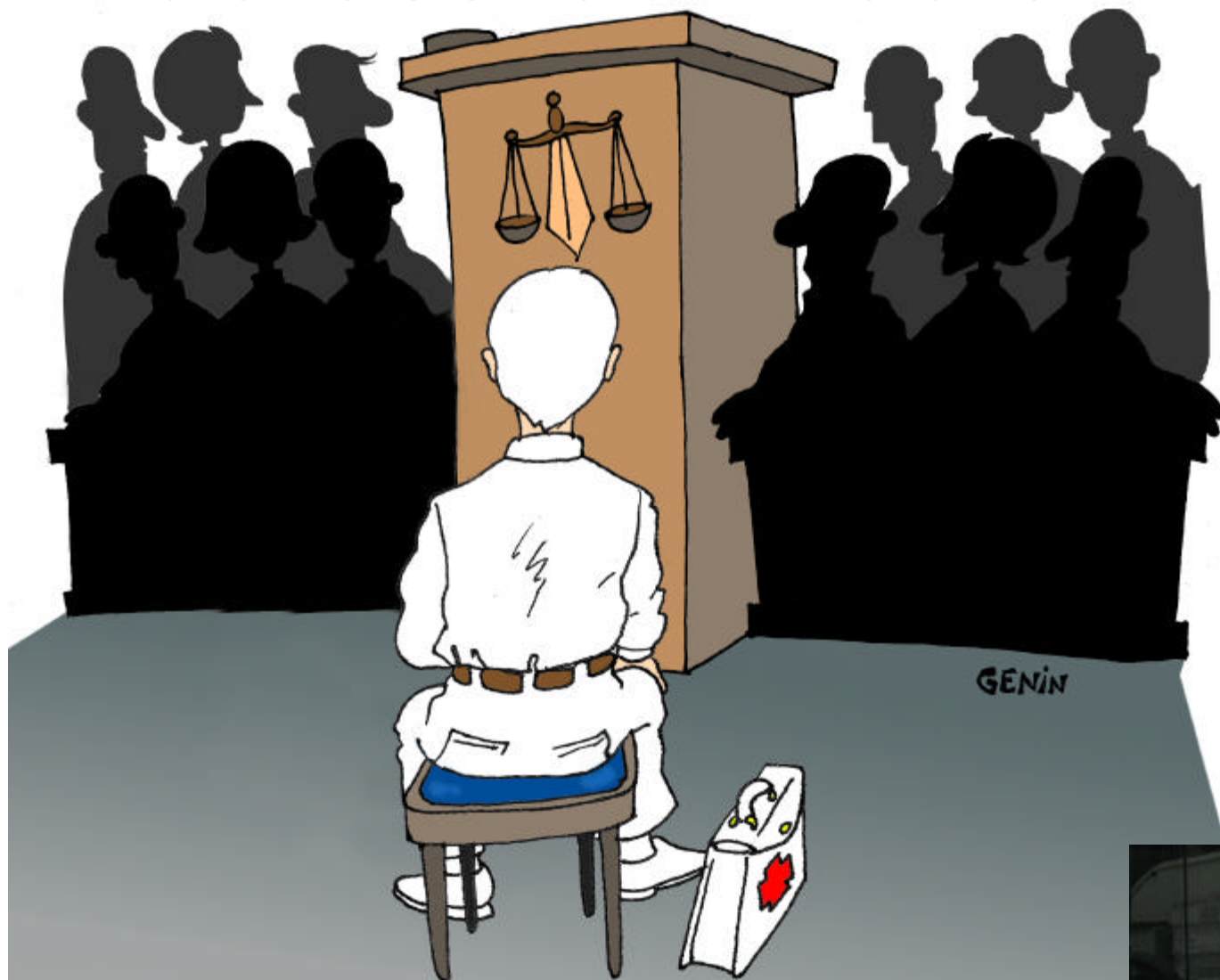


15 anos na defesa do médico



A Comissão Estadual de Defesa do Médico, que completa em outubro 15 anos de atividades, já atendeu cerca de 1.500 colegas vítimas de acusação precipitada e, na grande maioria das vezes, improcedente de erro médico.

página 7

editorial

Passados dois anos da nossa atuação à frente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, sentimos que o médico está hoje muito mais próximo da entidade, embora exista muito ainda a se conquistar nesse sentido. Este ano tivemos uma procura maior dos médicos do interior, que estão buscando apoio para as suas lutas. Divinópolis, Uberlândia, Pará de Minas, Sete Lagoas e Contagem são alguns exemplos.

A resposta positiva ao trabalho da atual diretoria se reflete também no aumento do quadro de associados. Somente em 2006 foram 277 novos filiados, um número expressivo.

A diretoria espera continuar correspondendo às expectativas dos médicos e trazer cada vez mais colegas para a nossa casa. As portas estão abertas e a vontade de fazer o melhor é grande. Contamos com vocês.

Diretoria do Sinmed-MG



Contribuição em dia, Celta na garagem

O médico Samuel Caputo de Castro, neurocirurgião em Uberlândia, ganhou o Celta no sorteio realizado dia 4 de agosto na sede do Sinmed-MG. Participaram da promoção os médicos que pagaram em dia ou anteciparam a contribuição social 2006.

federação

Cristiano da Matta Machado é eleito o primeiro presidente da recém-criada Federação Sudeste

página 4

entrevista

José Augusto Ferreira, presidente da Fencom, fala sobre a expansão das cooperativas médicas no país

página 8

Carro desta vez vai para **Uberlândia**

Depois da sorte bater à porta dos médicos Carlos Trombin (ginecologista) e João André da Costa Maia (oftalmologista), de Belo Horizonte, e de Silvia Siqueira (ginecologista), de Betim, chegou a vez de o interior ser contemplado no sorteio do prêmio da campanha da contribuição social. Quem levou o Celta 0 km da promoção deste ano foi o neurocirurgião Samuel Caputo de Castro, CRM 6.400, de Uberlândia, um profissional conhecido e querido na cidade. O sorteio aconteceu no dia 4 de agosto, na sede do Sinmed-MG.

Samuel trabalha nos hospitais Santa Genoveva, Madrecor, Santa Catarina e nas Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia. Formado pela Universidade Federal de Minas Gerais



Divulgação aumentou o número de participantes. O médico Samuel Caputo de Castro é o novo rosto da campanha

em 1971, reside há 23 anos no Triângulo Mineiro, é casado, tem três filhos, um deles, Guilherme, também neurocirurgião.

Samuel conta que sempre pagou o Sinmed-MG por acreditar na importância do papel da entidade para o médico e que está acompanhando o bom desempenho da atual diretoria. Disse que ficou muito surpreso e satisfeito com a notícia do prêmio, que recebeu por meio de um telefonema do diretor financeiro do sindicato, Jacó Lampert.



Momento do sorteio, no evento do dia 4 de agosto na sede do Sinmed-MG

expediente

Publicação do Sinmed-MG Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais

Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas
30130 090 - BH - MG
Fone: (31) 3241-2811

E-mail: geral@sinmedmg.org.br

Site: www.sinmedmg.org.br

Diretoria: Alessandra Nara Korres, Amélia Maria Fernandes Pessôa, Andréa Aparecida B. Alves, André Kiyomitsu, Aripuanã Cobério Terena, Aroldo Gonçalves de Carvalho, Carlos Romero F. de A. Lemos, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, Eduardo Almeida C. Filgueiras, Elson Violante, Fernando Luiz Mendonça, Geórgia C. B. Medrado, Henrique Leonardo Guerra, Jacó Lampert, José Alvarenga Caldeira, Márcio Costa Bichara, Marco Antônio Torres, Maria Cristina R. V. Coelho, Maria Madalena dos S. Souza, Nagib Neves Abdo, Oswaldo Cruz Júnior e Wagner Alexandre Ezequiel.

Conselho Fiscal: Aloísio Prado Marra, David dos Santos Schmidt, Geraldo José Coelho Ribeiro, Jules Jésus Ayoub, Margarida C. Sofal Delgado e Paulo César Machado Pereira.

Assessoria de Comunicação:

Eneida da Costa e Mônica Salomão

Jornalista Responsável:

Regina Perillo - MT 11.697/SP

Textos e Edição:

Regina Perillo Comunicação

Projeto gráfico, editoração eletrônica e ilustrações: Genin

Fotos: Gláucia Rodrigues

Impressão: Segrac

Tiragem: 26 mil exemplares

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores

Número de filiados aumenta 109% em relação às novas contribuições em 2005

Durante o evento do sorteio, o diretor financeiro Jacó Lampert fez um balanço da campanha de contribuição social, encerrada em 7 de julho. A boa notícia, segundo ele, foi o aumento da arrecadação e dos médicos filiados em relação a 2005. Este ano, o sindicato arrecadou R\$341 mil contra R\$268.500 no ano anterior, um aumento de 28%. Enquanto em 2005 foram 123 novas contribuições, na campanha deste ano foram 277, um acréscimo de 109%.

O diretor financeiro destacou que, ao contrário da contribuição sindical, obrigatória pelas Leis Trabalhistas, a contribuição social é uma taxa anual paga somente pelos médicos que se filiam ao sindicato. Lampert lembrou o quanto esses novos recursos são importantes para que o sindicato possa cumprir seu papel e realizar suas inúmeras atribuições em todo o Estado, o que inclui ações de políticas sindical, uma comunicação atuante, a participação nos principais acontecimentos relacionados à saúde no país, a realização de eventos e prestação de

serviços e assessoria jurídica para os médicos: "É preciso um grande esforço e planejamento financeiro para cumprir com todos os compromissos e ter um sindicato atuante", resume.

2 anos de gestão

Para o presidente do Sinmed-MG, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, o resultado da campanha de contribuição social, com novos filiados, é um grande termômetro da satisfação dos médicos com o sindicato, após dois anos de gestão.

Matta Machado lembrou que a categoria está mais mobilizada, e um exemplo disso foi a campanha salarial de Contagem. Os médicos do interior também têm buscado o apoio do sindicato para suas lutas, segundo ele. Destacou, ainda, a preocupação do sindicato em trabalhar junto com as outras entidades médicas na luta pela defesa do profissional de saúde. Sobre o sorteio, lembrou que a realização do evento tem o objetivo de ser um momento de confraternização com a categoria.

Novo estatuto em elaboração

Cumprindo uma promessa de campanha, a diretoria do Sinmed-MG trabalha na elaboração de um novo estatuto, que irá normatizar com mais funcionalidade as ações da entidade.

Para iniciar o processo, foi criado um grupo de estudo formado pelos diretores Jacó Lampert, Elson Violante e Fernando Mendonça, o gerente administrativo do sindicato Marcus Bicalho e o advogado José Costa. O objetivo do grupo, que vem se reunindo desde o início do ano, é rever os pontos obsoletos do documento em vigor e levantar as principais mudanças.

Fernando explica que a formatação do novo estatuto ainda está em fase de discussão com toda a diretoria do sindicato. O último encontro aconteceu no dia 2 de agosto. O próximo passo é a elaboração de uma proposta que será discutida e aprovada pela categoria em assembléia geral.

Segundo o diretor, o novo estatuto, mais atual e dinâmico, propõe, entre outras mudanças: adaptação à Lei do Código Civil; reestruturação da diretoria executiva; criação de uma ouvidoria para o sindicato e de um regimento eleitoral claro e objetivo para as próximas eleições.

Boleto on line facilita pagamento da contribuição social



Para ficar em dia com a contribuição social, o médico não precisa mais aguardar o recebimento do boleto em casa ou procurar pessoalmente o sindicato. Basta acessar o site do Sinmed-MG (www.sinmedmg.org.br - link boleto on line), imprimir o documento e quitar a taxa em uma agência bancária.

Além de facilitar a vida do médico, o sindicato acredita que o novo serviço vai reduzir o atraso na quitação da contribuição e incentivar novas filiações, afirma o gerente administrativo Marcus Bicalho.

Contratação temporária de médicos pelo poder público

Advogada orienta sobre o assunto, motivo de constantes consultas ao Jurídico do sindicato

A advogada Ana Gabriela Brito Melo Rocha, do Departamento Jurídico do sindicato, fez uma importante pesquisa sobre a contratação temporária de profissionais pelo poder público, prevista no Artigo 37, IX, da Constituição da República. A prática é amplamente utilizada pela União, Estados e Municípios e tem levado vários médicos a consultarem o Departamento Jurídico do sindicato. Veja algumas considerações da advogada. Para outros esclarecimentos, contate o Sinmed-MG no (31) 3241-2811.

O que prevê a Constituição

A Constituição da República Federativa do Brasil prevê a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. É o caso, por exemplo, dos recenseadores do IBGE, ou de agentes necessários na ocorrência de surtos ou epidemias, como os mata-mosquitos recrutados para inibir o aumento dos casos de dengue. São situações em que os contratados executam tarefas extraordinárias, não havendo a criação de cargos ou empregos com atribuições descritas em lei.

Outro motivo que justifica a convocação de trabalhadores sob o regime de contratação



Advogada Ana Gabriela

temporária é a necessidade provisória, momentânea, excepcional de, ante o princípio da continuidade do serviço público, concretizar as atividades inerentes a cargos e empregos públicos quando seus ocupantes, por algum motivo – licença-maternidade, licença para tratar de assuntos particulares ou mesmo demora na conclusão do procedimento de concurso público –, estiverem impossibilitados de executar suas funções.

Regime especial de trabalho

Na primeira hipótese – suprir exigência excepcional, atípica, anômala, inabitual –, o contratado não exerce tarefas ligadas a

cargos ou empregos públicos. No segundo caso, o recrutado a título precário, apesar de exercer atribuições de cargos ou empregos públicos, não pode ser considerado servidor ou empregado, já que não foi devidamente submetido a concurso público e sua atuação tem um período determinado. Assim, diz-se que o contratado exerce função pública, em ambos os casos.

Os profissionais convocados nessas situações estarão submetidos a um regime trabalhista diferente do estatutário. Trata-se de regime especial, que, dada a autonomia legislativa e administrativa de cada ente da Federação, variará conforme a oportunidade e a conveniência da União, dos Estados e dos Municípios.

As únicas normas obrigatórias em todas as esferas serão as fixadas em sede constitucional, quais sejam: a determinabilidade temporal, os pactos firmados devem sempre ter prazo determinado e a temporariedade da função ou do seu exercício, visto que, se constante a necessidade da função ou mesmo do seu exercício, deve-se promover a criação de cargo/emprego público, realizar concurso e submeter os aprovados ao regime estatutário ou trabalhista.

Logo, a fim de que se saiba quais são os direitos do médico contratado sob o regime especial, é preciso analisar a legislação do

ente federativo e os termos do contrato. Só depois dessa avaliação é possível saber quais são os direitos devidos ao médico contratado, seja à luz da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) – como aviso prévio e FGTS –, ou mesmo tomando como referência o regime estatutário – como adicional por tempo de serviço e o direito de gozar de licenças e afastamentos aos quais fazem jus os servidores.

Contratos irregulares

O que se observa é que tais contratos não têm sido utilizados nos moldes previstos na Constituição. Nessa linha, na prática, vemos as contratações temporárias se estenderem por períodos incompatíveis com a idéia de precariedade, permitindo que o ente federativo se abstenha de criar os necessários cargos e empregos e não promova concursos públicos.

É importante ressaltar que, descaracterizada a contratação temporária, quer dizer, não observados os requisitos para a sua ocorrência, reconhece-se ao empregado, tão somente, o valor pecuniário correspondente aos serviços prestados e o direito ao FGTS, vez que a contratação irregular não pode levar, diante da exigência de concurso, à declaração de vínculo empregatício com o poder público. A contratação, portanto, é nula.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Dúvidas sobre Previdência

Estas são algumas das dúvidas mais frequentes dos médicos que ligaram para o Plantão Telefônico sobre Previdência, serviço prestado pelo consultor José Prata ao sindicato no primeiro semestre deste ano.

Teto de contribuição ao INSS é de R\$ 2.801,56

Para os segurados do INSS, o teto de benefícios e de contribuição passou a ser, a partir de abril deste ano, de R\$ 2.801,56. Isso significa que nenhum médico ou médica precisa contribuir acima desse valor. A legislação prevê que cabe ao próprio contribuinte individual que prestar serviços, no mesmo mês, a mais de uma empresa, cuja soma das remunerações superar o limite mensal do salário-de-contribuição, comprovar às que sucederam à primeira remuneração o valor ou os valores sobre os quais tenha incidido contribuição, de forma a observar o limite máximo do salário-de-contribuição. Segundo informações do INSS, caso o segurado tenha contribuído além do exigido legalmente, ele poderá solicitar a devolução das

contribuições efetuadas nos últimos cinco anos.

Licença e salário-maternidade

A Constituição Federal garante às mães licença-maternidade de 120 dias. Sobre o salário-maternidade ocorrem, pelo menos, três situações:

a) no setor público, com regime próprio de previdência, de um modo geral, não existe o salário-maternidade, de tal modo que, quando ganha um filho, a mulher fica apenas licenciada com a garantia da integralidade da remuneração;

b) empregadas do setor privado vinculadas ao INSS, no período da licença-maternidade, recebem o salário-maternidade baseado na integralidade da remuneração. Nesse caso, é a empresa que efetua o pagamento, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições ao INSS;

c) no caso da segurada contribuinte individual (empresária, autônoma e cooperativa), o salário-maternidade é pago diretamente pelo INSS. O valor é baseado

numa média do salário-de-contribuição dos últimos doze meses, limitado o valor ao teto de R\$ 2.801,56. Nesse caso, sempre que a segurada tiver renda acima do teto, o período do salário-maternidade implicará numa perda de renda. A segurada contribuinte individual pode evitar as filas do INSS e solicitar o salário-maternidade pela internet: www.mpas.gov.br.

Aposentadoria especial insalubre

A aposentadoria especial antecipada aos 25 anos de contribuição vem sendo profundamente limitada em seu alcance, sobretudo a partir de 1995. Naquele ano, a aposentadoria especial deixou de ser por categoria profissional e passou a ser concedida unicamente em função da exposição ao agente nocivo, comprovada por meio de laudos individualizados. Caso o médico(a) não consiga o enquadramento nas regras da aposentadoria especial, poderá converter o tempo trabalhado em condições insalubres, reconhecido em lei previdenciária, para tempo comum com acréscimo de 20%, se mulher, e de 40%, se homem. Ou seja, o

tempo insalubre deve ser multiplicado por 1.2, se mulher; e 1.4, se homem. No entanto, nesse caso, a aposentadoria será concedida pela regra comum, com incidência do chamado "fator previdenciário", o que poderá reduzir muito o seu valor.

Uma situação inaceitável é a recusa do INSS em conceder Certidão de Tempo de Contribuição para averbação no setor público de tempo insalubre com acréscimo para tempo comum. É, no mínimo, uma ruptura com a isonomia: se esse tempo convertido vale para a aposentadoria no INSS, por que não pode ser contado também para aposentadoria no setor público? Nesse caso, tivemos recentemente um pequeno recuo do INSS. Despacho do ministro da Previdência reconheceu a averbação com conversão para os servidores federais da área de saúde: "Tem direito à averbação do tempo de serviço público federal prestado até 11/12/1990, em condições perigosas e insalubres, com o acréscimo decorrente da transformação em tempo de serviço comum, o servidor que se encontrava sob a égide do regime celetista quando da implantação do regime jurídico único".

PREFEITURAS

Campanha de Contagem foi marcada pela grande mobilização da categoria

O Sindicato dos Médicos considera que a grande mobilização da categoria foi o maior ganho da campanha salarial de Contagem: "A campanha marcou um momento importante na luta por melhores condições salariais e de trabalho. Essa é a primeira vez que os médicos da cidade se organizaram e que o sindicato teve

uma participação mais efetiva, embora as conquistas estejam muito aquém da pauta reivindicada", avalia Élon Violante, diretor de Formação de Relações Sindicais.

Um dos resultados da campanha foi o início das discussões para a criação de uma Mesa Permanente de Negociação da Saúde, com membros do governo e dos trabalhadores da saúde, representados

pelos respectivos sindicatos, entre eles o Sinmed-MG. "A Mesa será um espaço importante de discussão dos problemas da categoria, como a criação de um Plano de Carreira, Cargos e Salários único para os médicos municipais e melhores condições de trabalho", diz Violante.

A instalação da Mesa estava prevista inicialmente para 11 de julho, mas as discussões ainda continuam em busca de um consenso. A proposta de Regimento, apresentada pela prefeitura em 1º de agosto, está em avaliação pelos trabalhadores.

Sobre a campanha salarial, Élon Violante explica que, depois de apresentar uma proposta aprovada pelos médicos em assembléia, a Prefeitura de Contagem reduziu, no Projeto de Lei apresentado na Câmara, o piso salarial dos médicos do PSF para apenas R\$1.709,00 por 40 horas de trabalho, alegando uma lei de 1998. A alteração, segundo ele, representava enormes perdas para essa categoria de profissionais, que até então recebiam o valor integral de R\$4.139,03.

"Com grande insatisfação, os médicos e enfermeiros do PSF se mobilizaram contra a redução, sensibilizando a Secretária da Saúde, que entendeu que o piso de R\$1.709,00 era para 20 horas de trabalho e que, para 40 horas deveria ser o dobro – R\$3.418,00. A gratificação seria o valor restante. Com isso, as perdas em relação à interpretação anterior da prefeitura foram bastante reduzidas", explica Violante.

PBH: mobilização para a retomada das negociações

O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed-MG) e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte (Sindibel) encaminharam, no último dia 26 de julho, carta ao prefeito Fernando Pimentel pedindo a retomada imediata das negociações.

Segundo a secretária-geral do Sinmed-MG, Amélia Pessôa, a pauta foi entregue no prazo previsto, mas até agora as negociações não avançaram. As expectativas do sindicato é que a prefeitura propicie a retomada imediata do diálogo.

Para a secretária-geral, é importante que a categoria esteja ciente de que uma grande mobilização pode dar rumos diferentes à campanha. Em maio, um grupo de teatro realizou esquetes nas unidades de urgência mostrando a importância da participação do médico no processo. O sindicato está programando várias ações para envolver os médicos e a comunidade na luta por melhores condições de remuneração e trabalho.

Atenção: assembléia dia 23 de agosto

O Sinmed-MG convoca os médicos da PBH para uma nova Assembléia Geral Extraordinária, dia 23 de agosto, às 19 horas, na sede do sindicato. O objetivo é discutir com a categoria os rumos da campanha salarial 2006, as formas de mobilização propostas e o indicativo de paralisações setoriais.

Os ganhos dos médicos

Administração Direta

Criação de Quadro Suplementar de Saúde para os cargos específicos de saúde oriundos da administração direta, lotados e em efetivo exercício até o dia 5 de julho de 2006, na Secretaria Municipal de Saúde de Contagem, garantindo:

- Reposição salarial para todos os servidores no valor de 4%;
- Incorporação da gratificação SUS ao vencimento básico, no valor praticado no mês de abril de 2006. As gratificações variam de R\$ 216,50 a R\$ 378,95;
- Incorporação da parcela de compensação financeira, no valor de 6,2%, ao vencimento básico;
- Regularização dos plantões de fim de semana com pagamento em dobro da hora trabalhada;
- Redução da carga horária de 24 horas semanais para 20 horas semanais sem prejuízo dos vencimentos.

Administração indireta - Famuc

- Reposição salarial para todos os servidores no valor de 4%;
- Reajuste da gratificação dos médicos das equipes Tipo A, B e C do PSF em 26%;
- Redução da carga horária de 24 horas semanais para 20 horas semanais sem prejuízo dos vencimentos;
- Regularização dos plantões de fim de semana com pagamento em dobro da hora trabalhada;
- Incorporação da parcela de compensação financeira ao vencimento básico;
- Realização de curso de especialização em Saúde da Família para os profissionais efetivos da rede básica de saúde.

Mesa de Negociação

Criação da Mesa de Negociação da Secretaria Municipal de Contagem, por lei aprovada pela Câmara Municipal.

Federação Sudeste dos Médicos já é realidade

O Sinmed-MG foi palco, no dia 16 de junho, da assembléia de fundação da Federação Sudeste dos Médicos (Fesumed). Na cerimônia, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, foi eleito o primeiro dirigente da entidade. Outro diretor do sindicato, Jacó Lampert, assumiu a diretoria financeira da nova federação.

Participaram da reunião representantes dos outros sindicatos que compõem a Fesumed: Governador Valadares, Juiz de Fora, Niterói, Grande ABC/SP e Espírito Santo.

A cerimônia de posse da diretoria deverá ocorrer na próxima reunião do Conselho Deliberativo da Federação

Nacional dos Médicos (Fenam), em setembro.

A criação da Fesumed estava prevista no estatuto da Fenam, que já contava com a representatividade de outras quatro federações regionais (Norte-Nordeste; Centro-Oeste; Sul-Brasileira; e São Paulo).

Matta Machado destaca que a criação da Fesumed fortalece a Fenam, e conseqüentemente a representatividade sindical dos médicos em nível nacional. Outro aspecto importante, segundo ele, é o fortalecimento dos sindicatos menores, que passam a contar com melhor suporte e estrutura para atuarem em suas bases.

O próximo passo da federação é constituir o Conselho de Representantes, com 18 membros (três de cada entidade) e, a partir daí, definir uma pauta de atuação.



Representantes das entidades que compõem a Fesumed reunidos na sede do Sinmed-MG

Diretoria da Fesumed

Presidente: Cristiano Gonzaga da Matta Machado (Sinmed-MG)

Vice-presidente: Sérgio Ari de Oliveira Loureiro (Sinmed-Grande ABC/SP)

2º Vice-presidente: Fernando Antônio Machado (Sinmed-ES)

3º Vice-presidente: José Luiz Francisco dos Santos (Sinmed-Niterói)

1º Secretário: Ari Wajsseld (Sinmed-Grande ABC/SP)

Diretor financeiro: Jacó Lampert (Sinmed-MG)

Vice-diretor financeiro: Gilson Salomão Júnior (Sinmed-Juiz de Fora)

Assessor jurídico: Sebastião Fontes Santiago (Sinmed-Governador Valadares)

Conselho Fiscal

Amélia Maria Fernandes Pessôa (Sinmed-MG), Clóvis Abrahim Cavalcante (Sinmed-Niterói) e Rogério Teixeira César (Sinmed-Governador Valadares)

Suplentes

Oto Moreira Batista (Sinmed-ES), Amauri Milton Machado (Sinmed-Grande ABC/SP) e Geraldo Henrique Sette de Almeida (Sinmed-Juiz de Fora)

Sindicato avalia situação dos médicos da Fhemig

O Sindicato dos Médicos recebeu, no último dia 20 de julho, as informações solicitadas à Fhemig sobre a situação dos médicos da entidade em relação ao enquadramento da jornada de trabalho de 24 horas semanais. O documento traz, entre outros dados, o número de médicos que pediram enquadramento na jornada de 24 horas, quantos já trabalhavam dessa forma, quantos estão para se aposentar e o impacto financeiro de cada situação.

Uma comissão formada por representantes do sindicato, tendo à frente o presidente Cristiano Gonzaga da Matta Machado, e por médicos da Fhemig irá avaliar os dados, para formular uma pauta de reivindicações. Segundo Matta Machado, o assunto vem sendo tratado entre sindicato e Fhemig há alguns meses, devendo ser formalizado um encontro com a presidência da fundação para apresentação de propostas.

Além de reivindicar melhorias salariais e adequação das condições de trabalho, o sindicato quer solução para algumas pendências decorrentes do Projeto de Lei número 2.462/2005, de 7 de outubro. A principal preocupação é em relação ao enquadramento na jornada de 24 horas, prevista pelo projeto.

Matta Machado explica que, de 1994 até essa data, a jornada era de 12 horas, sendo as horas restantes pagas como extras, portanto excluídas do cálculo de aposentadoria e outros benefícios. O sindicato quer saber como fica o pagamento dos médicos que estão para se aposentar e já trabalhavam em dupla jornada.

O presidente do sindicato afirma também que existem distorções em relação ao enquadramento dos médicos da Fhemig nas tabelas salariais. Segundo ele, alguns médicos efetivos estariam recebendo menos que outros com contrato administrativo beneficiados com a equiparação salarial conquistada pelo Sinmed-MG no final do ano passado.

Concurso

Até o final de agosto, a Mesa de Negociação do SUS Estadual deverá receber da Fhemig e submeter às entidades representativas das diferentes categorias profissionais da saúde uma minuta de edital para o concurso público da fundação. Serão abertas aproximadamente 6.200 vagas na capital e interior.

INTERIOR

Divinópolis terá Delegacia Sindical

Foi dado o primeiro passo para a instalação da Delegacia Sindical do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed-MG) em Divinópolis.

Atendendo à reivindicação dos médicos locais, no dia 19 de junho, o Sinmed-MG enviou uma representação à cidade para discutir com a categoria a implantação da delegacia e eleger seu representante.

Cerca de 30 médicos participaram do encontro organizado pelo conselheiro do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (CRM-MG) Alberto Gigante Quadros. Estavam presentes pelo Sinmed-MG o presidente, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, e os diretores Amélia Pessôa e Elson Violante.

O médico do PSF Miguel Alves da Sil-

va foi indicado pelos colegas como representante do Sinmed-MG até a realização da assembleia geral para eleição do delegado sindical.

Com experiência em questões sindicais, Miguel Integrou as comissões de negociação e greve do Sindicato dos Servidores Municipais nas campanhas salariais de 2004 e 2005.

Situação de Divinópolis

Divinópolis conta hoje com quase 400 médicos, dos quais cerca de 160 ligados à prefeitura. Entre os principais problemas da categoria na cidade estão: o baixo piso salarial dos médicos dos centros de saúde; também na rede básica, a limitação para solicitação de exames de média complexidade, o que acaba comprometendo o

trabalho dos profissionais; os contratos administrativos que, além de não serem a melhor forma de trabalho, não prevêm férias nem 13º salário; carência de pessoal e precariedade de equipamentos nos serviços de emergência.

Segundo Miguel Alves da Silva, os médicos estão confiantes na presença do sindicato: "A entidade tem um papel diferente da Associação Médica e do CRM no que diz respeito às lutas por melhores condições de trabalho e salário, sendo o fórum adequado para esse tipo de discussão".

Os médicos de Divinópolis que tiverem alguma demanda sindical devem entrar em contato com o representante pelo e-mail migjungmed@ig.com.br ou pelo celular (37) 9121-0216.

Assembleia geral em Uberlândia

A preocupante situação dos médicos de Uberlândia levou o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais a convocar os profissionais locais para uma Assembleia Geral Extraordinária, dia 11 de agosto, no Anfiteatro da Unimed, centro da cidade.

Cristiano Gonzaga da Matta Machado, presidente do sindicato, conta que a iniciativa é resultado de uma reunião realizada no dia 14 de julho, na sede da Associação Médica de Uberlândia, com médicos e diretores do Sinmed-MG: "Os médicos mostraram que estão dispostos a se organizar para tentar mudar o quadro crítico do trabalho na rede pública municipal de saúde".

Ele explica que a administração do SUS é terceirizada em Uberlândia, situação que configura inconstitucionalidade e levou o Ministério Público a agir, propondo um Termo de Ajuste de Conduta que impede contratações para ampliar o quadro de profissionais e exige da prefeitura a realização de concurso público.

Pauta da Assembleia com os médicos de Uberlândia

- * Fim da terceirização da saúde pela Secretaria Municipal de Saúde;
- * Piso Nacional defendido pela Federação Nacional dos Médicos - Fenam;
- * Qualidade da alimentação das UAIs;
- * Melhoria das condições de alojamento do médico plantonista das UAIs;
- * Reconhecimento dos direitos trabalhistas (CLT) dos profissionais contratados;
- * Realização de concurso público;
- * Plano de Carreira, Cargos e Salários com carreira de médico;
- * Discussão sobre os últimos dissídios da categoria.

Enquanto o concurso não vem, os médicos contratados são submetidos a jornadas prolongadas, em desacordo com a regulamentação da profissão, e se expõem a situações de violência por parte dos usuários do sistema público de saúde, a condições de trabalho inadequadas e a baixos salários.

Para Matta Machado, a situação dos médicos de Uberlândia demonstra a necessidade da delegacia sindical na região, tema que também foi debatido no encontro. Para encaminhar os debates, mobili-

zar, colaborar na convocação e organização de assembleias e ficar em contato com a diretoria do Sinmed-MG para qualquer eventualidade, foi criada a Comissão Pró-delegacia Sindical de Uberlândia e eleitos representantes sindicais as médicas Sandra Márcia de Faria, Gláucia Guimarães de Souza, Viviane Garcia de Souza, Kênia Pereira Vilela e Telma Helita Fernandes e os médicos Juliano Roberto de Tavares Canto, Cláudio Ferreira de Mendonça e Aloísio Daher de Melo.

Política de interiorização

A criação de delegacias sindicais está prevista no estatuto do Sinmed-MG, que reconhece a necessidade de representações mais próximas da base, define sua estrutura e competências. Para a atual diretoria, as delegacias são o principal canal para a implementação da política de interiorização do sindicato.

O Delegado Sindical Regional tem várias competências, também previstas no estatuto do sindicato, entre elas representar a entidade na cidade ou região, levantar os problemas e reivindicações dos associados na localidade, e trabalhar na sua solução, em cooperação com a diretoria; ampliar o número de sindicalização na localidade; distribuir os órgãos de

informação do sindicato e divulgar suas atividades; encaminhar à Diretoria Executiva, propostas de ação que visem o atendimento de reivindicações específicas, bem como a evolução da consciência sindical na categoria.

Sinmed Gerais - a notícia no interior

Para estabelecer uma comunicação direta com os médicos do interior, o Sinmed-MG acaba de criar o Sinmed Gerais. Sem periodicidade fixa, a publicação será editada para comunicar fatos relevantes às bases sindicais. Já foram realizadas duas edições – uma para Uberlândia e outra para Divinópolis, distribuídas entre os médicos dessas cidades.



AGENDA

PROFISSIONAIS DA SAÚDE DISCUTEM USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

Sempre presente nas grandes discussões que envolvem o trabalho médico, o Sinmed-MG teve importante participação no Seminário sobre Propaganda e Uso Racional de Medicamentos, promovido em junho, no Rio de Janeiro, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com o apoio das federações dos médicos (Fenam) e dos farmacêuticos (Fena-

far). Cristiano Gonzaga da Matta Machado, presidente do sindicato, coordenou uma das mesas de discussão. Também participaram do seminário os diretores Amélia Pessoa, Jacó Lampert, Madalena dos Santos e Souza, e Márcio Bichara. O encontro nacional, que contará com a presença do Sinmed-MG, está programado para 31 de agosto, em Brasília.

FENAM REALIZA CONGRESSO E ELEGE NOVA DIRETORIA



Diretores do Sinmed-MG no congresso da Fenam em Fortaleza

A Fenam está com nova diretoria para o biênio 2006/2008, eleita durante o VIII Congresso Médico da entidade, realizado em Fortaleza, de 28 a 30 de junho. O médico goiano Eduardo Santana substitui o também goiano Heder Murari Borba na presidência. O Sinmed-MG está representado pelo seu presidente, Cristiano Gonzaga da Matta Machado (presidente da Federação Sudeste e membro nato da Fenam), e pelo vice-presidente Márcio da Costa Bichara (2º vice-presidente da Fenam).

O congresso, que contou com a participação do presidente e dos diretores Madalena dos Santos e Souza, Élson Violante, Fernando Mendonça, Jacó Lampert e Amélia Pessoa, discutiu temas de grande importância para a categoria, entre eles o

financiamento do SUS, a recertificação de diplomas, cooperativismo médico, Programa de Saúde da Família e a saúde suplementar.

Ao final do evento, os participantes aprovaram um Plano de Lutas, com 19 itens, para nortear o trabalho da Fenam no próximo ano.



Eduardo Santana, novo presidente da Fenam

RECURSOS PARA A SAÚDE NO PLANO DE AÇÃO DA CUT

O Sinmed-MG obteve, juntamente com o Sind-Saúde, uma importante conquista no 9º Concut - Congresso Nacional da CUT, realizado em junho no Anhembi, em São Paulo: a inclusão no Plano de Ação da Central da luta pela aprovação do PL 001/03.

O projeto regulamenta a EC 29, que define os critérios de financiamento do SUS. "O apoio da CUT, maior central sindical da América Latina, é fundamental", diz Jacó Lampert. Ele participou do evento juntamente com o presidente, Cristiano Gonzaga da Matta Machado.

Associação Médica oferece atualização científica pela internet

Acesso fácil, rápido e barato a mais de 3,5 milhões de artigos científicos publicados nas 5 mil principais revistas médicas do mundo. Com essa proposta, o Centro de Documentação Científica da Associação Médica de Minas Gerais (CDC-AMMG) atende a médicos de todo o país interessados em atualização científica e educação continuada.

Cadastrando-se no site www.ammg.org.br, o médico realiza pesquisas por assunto, especialidade ou periódico. Além disso, pode selecionar suas revistas favoritas e receber mensalmente, via e-mail, o "Alerta Bibliográfico", que traz os resumos dos novos artigos publicados de acordo com os interesses do usuário.

Caso queira ler o artigo na íntegra, o médico solicita a compra via internet ou telefone. O preço de cada artigo varia de acordo com sua localização e número de páginas, mas a grande maioria não ultrapassa R\$ 10. Cerca de 300 mil artigos são totalmente gratuitos. "O acesso via CDC é mais vantajoso para o médico. Para se ter uma idéia, um único artigo comprado diretamente em sites de revistas científicas

custa entre 15 e 40 dólares", explica a bibliotecária responsável pelo serviço, Míriam Carvalho.

O CDC-AMMG oferece artigos indexados nas bases de dados Lilacs (Bireme/Comut), Medline/Pubmed (U.S. National Library) e Cochrane (British Library). "São as fontes confiáveis de informação científica, reconhecidas internacionalmente", afirma a bibliotecária.

Míriam Carvalho ressalta que o grande diferencial do serviço oferecido pela AMMG, em comparação ao de outras bibliotecas eletrônicas, é o atendimento personalizado. "No CDC, o médico tem à sua disposição uma equipe de bibliotecários especializados, que podem auxiliá-lo na pesquisa, esclarecer dúvidas ou até mesmo fazerem a pesquisa para ele", explica. A rapidez na entrega dos artigos também é outra vantagem. Segundo a coordenadora, a maioria dos pedidos é atendida em até dois dias úteis.

Quem não tem acesso à internet pode utilizar o serviço por telefone, fax ou carta. Mais informações pelo telefone (31) 3247-1633, pelo site www.ammg.org.br ou pelo e-mail cdc@ammg.org.br.

ESPAÇO AMIMER

Pouca palavra para pouco governo

Mensalão, sanguessuga, CPMI plurifatorial, caos na saúde, na educação e segurança. Esses são alguns legados do nosso presidente e a pergunta é: como deixamos isso acontecer?

A resposta é simples: começa na convivência com crimes que se dizem pequenos e culmina com o voto em um indivíduo que se gaba por não se esmerar com os estudos. Ele está errado? Sim, está. Porém, nós estamos muito mais. Ilustro a nossa convivência, omissão, co-autoria com o seguinte fato ocorrido em Brasília dia 12/06/2006. O Ilmo. Ministro da Educação, Dr. Fernando Haddad, empenhou sua palavra, repito, empenhou a sua palavra que no dia 29/06/06 o Ministério se pronunciaria sobre quanto e quando seria o reajuste da bolsa dos residentes.

Isso colocaria fim a idas e vindas a Brasília, formulação de projetos, cálculo até do impacto sobre o orçamento da União, que os residentes, por meio da ANMR

(Associação Nacional de Médicos Residentes), tiveram o trabalho de realizar. Ah, o ministro... então o que sua excelência fez?

Disse que não poderia se posicionar por enquanto, que não é bem assim e que tinha que discutir com os demais atores... Brincadeira!.

Em Minas, palavra empenhada, respeito, brio, isso tudo tem valor e pessoas honradas assumem compromissos firmados.

Portanto, para que a inércia seja usada para manter o movimento e não nos fixar no chão, iniciaremos várias ações de mobilização médica e da população. Preparem-se: os médicos residentes vão prescrever "não" a Lula em outubro próximo. Isso com certeza vai melhorar a saúde do Brasil.

Ligue para Amimer: (31) 3224-2596 - Sites: www.amimer.com.br ou www.bolsaresidente.com.br

Daniel de Lima Silva Pereira - Presidente da Amimer

15 anos: uma parceria de sucesso no apoio ao médico

Criada em 1991, a Comissão Estadual de Defesa do Médico já atendeu a mais de 1.500 profissionais acusados de erro médico. A grande maioria dos casos é considerada improcedente pela Justiça

A Comissão Estadual de Defesa do Médico (CEDM) – parceria entre a Associação Médica de Minas Gerais e o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais – comemora 15 anos de atuação no próximo dia 18 de outubro. Criada com o objetivo de orientar e prestar serviços de assessorias jurídicas e de imprensa a médicos envolvidos em acusações precipitadas de erro, a comissão já atendeu cerca de 1.500 casos. Atualmente, a comissão acompanha mais de 200 processos em andamento na Justiça.

Um dos fundadores e atual coordenador da CEDM pelo Sinmed-MG, José Alvarenga Caldeira, faz questão de ressaltar que a criação da comissão só foi possível graças à participação das entidades médicas: "O trabalho desenvolvido é uma prova real da importância da união do sindicato e da associação para fortalecer os médicos em suas principais lutas", diz.

Caldeira conta que a formação da CEDM, primeira iniciativa do gênero no país, foi uma resposta da categoria às frequentes acusações de erro médico, a maioria infundada: "Durante

esses 15 anos, conseguimos ajudar muitos colegas, evitando impactos ainda maiores das denúncias na vida e na saúde dos profissionais. Sofrer um processo é extremamente constrangedor para o médico. A condução do problema é muito lenta, leva anos, e isso gera um transtorno muito grande", diz.

Satisfeito com a força e a credibilidade que a comissão conquistou, Caldeira afirma que a principal meta agora é desenvolver um trabalho educativo e preventivo em escolas médicas, hospitais e eventos científicos, na capital e no interior, no intuito de sensibilizar os colegas sobre a importância de ações simples que, no dia-a-dia, podem evitar possíveis acusações de erro.

Expansão pelo interior

Cristiana Beaumord, coordenadora da CEDM pela Associação Médica de Minas Gerais desde outubro de 2005, lembra outra grande conquista da comissão nestes 15 anos: ampliação de sua área de atuação, que vem beneficiando um número cada vez maior de profissionais em todo o Estado.

Segundo a coordenadora, a CEDM está na luta pela criação de Comissões Regionais



Membros da comissão. Ao centro, Cristiana Beaumord e José Alvarenga Caldeira

de Defesa do Médico e maior número de representantes no interior. Além das cidades de Divinópolis, Poços de Caldas e Governador Valadares, estão em formação as Comissões Regionais de Varginha e Três Corações.

"Por questões de distância e custo, a CEDM não tem como arcar com serviços jurídicos em todo o Estado, mas os nossos advogados oferecem um suporte a colegas contratados particularmente pelo médico que reside onde ainda não atuamos", comenta.

Diante dessa realidade, a CEDM está empenhada na divulgação de suas atividades pelo interior e, principalmente, no incentivo às associações médicas de cada cidade para se organizarem e criarem comissões locais.

"A CEDM está disposta a ir até os municípios e prestar todo tipo de apoio na formação da comissão, mas as entidades é que devem dar o primeiro passo, mostrando iniciativa e interesse em oferecer uma assistência mais próxima aos médicos que representam", destaca a coordenadora.

Apoio das entidades foi fundamental

A Comissão de Defesa do Médico não teria se tornado realidade sem a importante parceria entre duas das entidades que representam a categoria em Minas - o Sindicato dos Médicos (Sinmed-MG) e a Associação Médica (AMMG) e seus presidentes à época, Roberto Assis Ferreira e Ricardo Biagioni, logo sucedido por Cid Velloso.

Os médicos lembram que o ano em que a comissão começou a atuar, 1991, foi marcado pela grande incidência de ataques e acusações contra os profissionais, a maioria injustos. "Havia muito engano, os fatos eram mal-interpretados e o médico tinha que responder por erros que fugiam ao seu controle. A atuação de defesa e prevenção das entidades se tornou fundamental", aponta Cid Velloso, que assumiu a presidência da AMMG no momento em que a comissão foi instalada.

Segundo Roberto Assis, além das denúncias frequentes contra os médicos, as entidades representativas não dispunham de instrumentos necessários para dar sustentação ao trabalho de defesa do profissional. "Não havia trabalho de prevenção e orientação", comenta.



Roberto Assis e Ricardo Biagioni, ladeados pelos presidentes do Sinmed-MG e da AMMG (à dir.)

Motivados por esse cenário, os antigos presidentes contam que o Sinmed-MG e a AMMG abraçaram com entusiasmo e dedicação a proposta, desencadeada pelo médico José Alvarenga Caldeira, de formar uma comissão que pudesse amparar os médicos acusados.

Ricardo Biagioni, Cid Velloso e Roberto Assis fazem questão de ressaltar o trabalho desenvolvido pelos membros da comissão ao longo desses 15 anos. "Mesmo mudando suas diretorias, o sindicato e a associação não saíram do processo, pelo contrário, continuaram cada vez mais envolvidos e atuantes", conclui Biagioni.

Presidem atualmente a comissão Cristiano Gonzaga da Matta Machado, pelo Sinmed-MG, e José Carlos Viana Collares Filho, pela AMMG.

Médicos relatam experiência dolorosa

Enfrentar um processo é sempre uma difícil experiência para os médicos, com forte impacto na vida profissional e familiar. E muitas acusações se devem a fatos alheios à sua atuação, relacionados a más condições dos estabelecimentos públicos de saúde, falta de estrutura física, escassez de materiais e medicamentos, entre outros. Afritos e sem saber como agir, os médicos envolvidos em processos e queixas infundadas encontram na comissão o apoio necessário para enfrentar o problema.

Cícero, cirurgião geral e pediátrico de Juiz de Fora, relembra o drama vivido há quatro anos ao ser acusado de responsabilidade na morte de uma criança durante cirurgia. O processo só se tornou mais curto e menos desgastante no momento em que pôde contar com a ajuda da comissão: assim que a causa, perdida em 1ª instância, foi encaminhada à justiça de Belo Horizonte. "Um dia eu iria provar minha inocência, mas, além de arcar com os custos, não teria à disposição serviços tão completos e profissionais experientes e preparados".

Marcado por uma história de dor e superação, o cirurgião relata que se sentiu amparado e seguro quando viu os órgãos que o representam ao seu lado naquela batalha, que terminou vitoriosa. "Esse trabalho precisa ser cada vez mais valorizado pelas entidades e discutido entre os colegas, que não devem ter vergonha de procurar ajuda", diz.

O oftalmologista Carlos* também ficou satisfeito com o atendimento que recebeu da comissão. "Se não fosse a assistência e o carinho desses pro-fissionais, eu teria encerrado a minha carreira de- pois de 28 anos de medicina. Diante de uma acusação injusta, o médico perde a alegria de trabalhar", desabafa.

Ele conta que realizou cirurgia de correção de catarata total em uma paciente diabética e hipertensa. Todos os cuidados necessários foram tomados antes e após o procedimento. Aos cinco meses pós-operatório, a paciente apresentou perda súbita de visão no olho operado, decorrente de trombose da veia central da retina, caso comum em diabéticos e hipertensos. A família entrou com ação indenizatória contra o hospital e o médico. Carlos* viu sua vida desmoronar durante os dois anos em que enfrentou o processo: "Isso aconteceu há cinco anos, mas é um fato que marca para sempre. A única coisa positiva que guardo dessa experiência foi a humanidade, a sensibilidade e a inteligência da comissão. Todos têm meu eterno agradecimento".

*O nome foi trocado

Compõem a CEDM

Presidentes: Cristiano Gonzaga da Matta Machado (presidente do Sinmed-MG) e José Carlos Vianna Collares Filho (presidente da AMMG).

Membros pelo Sinmed-MG: José Alvarenga Caldeira (coordenador), Aripuanã Cobério Terena e Nagib Neves Abdo; **Membros pela AMMG:** Cristiana Fonseca Beaumord (coordenadora) e Maria Ester Massara Café.

Advogados: Auro Caldeira Valadares, Fernando Mitraud e Francisco Gaudereto

Jornalista: Fabíola Caixeta Sanches (AMMG).

As consultas devem ser agendadas antecipadamente, por telefone, na AMMG (de fevereiro a julho): (31) 3247-1618; e no Sinmed-MG (agosto a janeiro): (31) 3241-2811.



José Augusto Ferreira

Cooperativas de trabalho médico em expansão

Depois de se consolidar em Belo Horizonte, a Federação Nacional das Cooperativas Médicas (Fencom) vive um novo momento em que a prioridade é a expansão para o interior do Estado e outras regiões do Brasil, visando melhor organização do trabalho médico. Quem fala sobre as estratégias da federação é o atual diretor-presidente, José Augusto Ferreira, cuja gestão teve início em março.

A atual diretoria da Fencom assumiu em março. Como o sr. avalia o trabalho realizado até agora?

Nós já encontramos uma entidade sólida e organizada, de grande peso na questão da organização do trabalho médico em Belo Horizonte. Nossa principal atuação tem sido no sentido de melhorar a estrutura dos serviços oferecidos aos cooperados e ampliar a área de atuação da federação para o interior do Estado e outras regiões do país.

Qual a estrutura atual da Fencom?

A Fencom conta hoje com 34 cooperativas filiadas, sendo 29 na região metropolitana de Belo Horizonte e as outras nas cidades mineiras de Itabira, Itabirito, Formiga, Montes Claros; além de Feira de Santana, na Bahia. Para se ter uma idéia da importância da federação para o trabalho médico, são em torno de 15 mil médicos associados a essas cooperativas, o que representa quase 80% dos profissionais da região metropolitana de Belo Horizonte.

O assunto cooperativismo tem gerado algumas polêmicas mesmo no governo. Como o sr. vê essa polêmica?

Existe uma objeção grande às cooperativas quando elas são criadas exclusivamente para burlar a legislação trabalhista. São as chamadas cooperativas de fachada ou falsas cooperativas. Não é esse o universo das cooperativas ligadas ao trabalho médico em Minas Gerais, que nasceram com o objetivo de organizar a questão da remuneração do profissional, ou seja, fazer a administração econômico-financeira do trabalho médico, que em geral é autônomo, com compradores de serviço como os planos de saúde, o SUS e hospitais particulares, entre outros.

Como a Fencom surgiu nesse contexto?

A Fencom foi criada em 1994, com o objetivo de reunir as cooperativas que já existiam em Belo Horizonte, criadas pelos próprios médicos em seu local de trabalho, como é o caso da HCCoop, ou, no âmbito das especialidades, a Cooponest, dos anestesiológicos. Antes da Fencom, cada coope-

rativa tinha uma estrutura própria. A federação proporcionou ganho de escalas e agregou benefícios para os cooperados.

De que forma a entidade representa esses médicos?

A Fencom existe para organizar o trabalho do médico na sua relação com os compradores de serviços na área de saúde. De 94 para cá, a federação cresceu, se modernizou, e tem hoje uma estrutura que permite oferecer uma série de benefícios às cooperativas, entre eles serviços de contabilidade, de assessoria financeira, jurídica e de RH – desde seleção até treinamento e desenvolvimento de pessoal. Temos outros benefícios agregados, como o cartão de vantagens com cerca de 300 estabelecimentos credenciados. De todos os benefícios, o que considero de fundamental importância é o fato de a Fencom centralizar todo o processo de faturamento junto aos convênios e depois repassar os honorários para os médicos cooperados.

A entidade também trabalha com o SUS?

Em janeiro do ano passado, a Fencom fez um acordo com a PBH para que o pagamento do médico que trabalha para o SUS sob o regime de pró-labore fosse realizado também por meio das cooperativas de cada hospital credenciado. Até essa data, o SUS remunerava o médico como pessoa física. Nós estamos agora em processo de discussão com a Secretaria Estadual de Saúde para estender esse tipo de serviço para o resto do Estado e sabemos que esse é um problema de nível nacional, o que aumenta o potencial de atuação da Fencom. A mudança, com a interferência da Fencom, é boa para todo mundo. O gestor público ganha porque deixa de correr os riscos trabalhistas que existiam na situação anterior, quando

pagava diretamente ao médico. O hospital ganha por ter os impostos reduzidos. Por sua vez, o médico vai ter um faturamento mais organizado, rápido e seguro, além de pagar menos imposto, já que a tributação de uma cooperativa é menor que a da pessoa física. E a Fencom também ganha porque aumenta a sua receita.

A Fencom acaba de implantar um novo e poderoso sistema de informática. Como ele funciona?

Nossa estrutura de informática precisa ser bastante robusta para atender aos 15 mil cooperados. Ela é baseada basicamente no nosso *software*: o SASC - *Software de Apoio ao Sistema Cooperativista*. A novidade é que esse sistema passa, a partir de agosto, a ser disponibilizado via internet para todo o Brasil. Hoje cada cooperativa tem um sistema instalado em suas máquinas com um *link* dedicado ao nosso sistema e isso tem um custo em torno de R\$500 mensais. Com o SASC Web, a ligação entre as cooperativas e a Fencom passa a ser feita via internet, com mais agilidade, custo menor para as cooperativas e mais segurança, já que todo o sistema será reproduzido em outro ambiente físico fora da Fencom.

O que levou a essa mudança?

O SASC Web vai ser a grande ferramenta para a conquista de nosso objetivo de expansão, pois permite disponibilizar o serviço para qualquer canto do Brasil. O sistema é bem formatado, completamente amigável e adaptável às particularidades de cada cooperativa. O aumento de cooperativas filiadas significa mais receita para a Fencom e, conseqüentemente, menos custo para os cooperados, que pagam uma taxa administrativa pelos serviços.

Além da implantação do SASC Web, quais os outros planos da atual gestão?

Estamos iniciando a implantação de um Projeto de Qualidade, que nos levará à conquista do certificado ISO 9001. Os outros dois principais objetivos da atual gestão são a intensificação do relacionamento com as cooperativas filiadas e a auto-suficiência orçamentária, o que pretendemos atingir aumentando o número de cooperativas filiadas.

Como o sr. vê a expansão da Fencom em Belo Horizonte?

O cooperativismo médico já está muito avançado em Belo Horizonte, com 29 cooperativas filiadas. A estratégia, portanto, não é criar novas cooperativas e sim buscar um maior número de cooperados em cada uma delas, intensificando o relacionamento e a geração de benefícios para os médicos.

E em Minas?

No Estado, a situação é muito diferente. Existe um grande espaço para a expansão. Temos trabalhado no sentido de criar cooperativas em cidades-pólos, como é o caso de Divinópolis, Diamantina, Barbacena e Juiz de Fora, local onde existe hoje uma cooperativa pequena. Quanto maior o número de associados, melhor e mais fácil fica a administração da cooperativa.

Em nível nacional, quais as pretensões da Fencom?

A Fencom começou como federação mineira e passou a ser nacional em 2004, mas evoluiu pouco nesse sentido, e esse é um dos nossos objetivos. No Brasil, existem algumas cooperativas médicas, porém o modelo focado no local de trabalho nasceu praticamente aqui e tem se revelado de grande sucesso. Hoje, graças ao trabalho da Fencom, Minas é o Estado onde o cooperativismo médico é mais desenvolvido no Brasil. É esse modelo que queremos levar para outras regiões, contribuindo dessa forma para a evolução das formas de organização do trabalho médico.

“Minas é o Estado onde o cooperativismo médico é mais desenvolvido no Brasil”

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO:

Sindicato dos Médicos de Minas Gerais - Sinmed/MG

Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas

CEP: 30130 090 - BH - MG